



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

CAMPONESES NO SUDOESTE DA BAHIA: LUTA PELA TERRA, PELO TRABALHO E PELA EDUCAÇÃOSuzane Tosta Souza*
(UESB)Jânio Roberto Diniz dos Santos**
(UESB)**RESUMO**

O presente trabalho tem por finalidade resgatar algumas experiências desenvolvidas por comunidades camponesas, no Sudoeste da Bahia e de que forma estas se organizam na luta pela terra, ou para permanecerem na terra, pela garantia do trabalho e pela educação – como forma de melhorar as condições de vida, e no caso das experiências desenvolvidas por movimentos sociais rurais, enquanto fundamental no processo de formação política dos acampados e assentados. Tais lutas expressam as reais necessidades dos trabalhadores rurais e camponeses e se materializam em diversos espaços de reprodução social, contrapondo-se aos projetos do capital – que tentam se fazer hegemônicos. Neste trabalho específico, destacaremos alguns exemplos, no resgate ao passado e na tentativa de compreender o presente da luta de classes existentes no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: Luta pela terra, Camponeses, trabalho.

* Professora Assistente do Departamento de Geografia da UESB. Mestre em Geografia Humana pela UFBA. Algumas discussões apresentadas neste artigo são parte da pesquisa de doutorado, desenvolvido junto a UFS e orientado pela Profa. D. Sc. Alexandrina Luz Conceição. suzanetosta@hotmail.com.

** Professor Assistente do Departamento de Geografia da UESB. Mestre em Geografia Humana pela UFBA. Doutorando em Geografia pela USP. Coordenador do Projeto de Pesquisa Reforma Agrária no Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida em áreas de assentamentos rurais, financiada pelo CNPq e concluída em 2002. Coordenador da Pesquisa Novas Configurações do Espaço Agrário no Sudoeste da Bahia: estudo do MST e do MPA, entre 2004 e 2005.



RESGATANDO A HISTÓRIA E SUA MATERIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO

Para compreender a luta camponesa no Sudoeste da Bahia e sua materialidade no território, necessário se faz entender o processo histórico, ou seja, a forma como este território foi apropriado, o que requer resgatar o século 18, quando, na busca de metais preciosos, bem como de escravos fujões e ainda na tentativa de abrir o interior do país – a fim de criar as condições de novas formas de exploração, que serviria ao processo de acumulação européia, o chefe de campo João da Silva Guimarães¹¹⁹ e o bandeirante João Gonçalves da Costa passam a desbravar o chamado sertão da ressaca. Sobre este último, Sousa (2001), destaca que o mesmo passou a integrar a bandeira do primeiro ainda no ano de 1744. Para ela, João Gonçalves da Costa podia ser considerado como: (...) um representante dessa prática desbravadora. Figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o arraial da Conquista, encravada na mesorregião centro-sul da Bahia, ele se destacou por uma atuação extremamente empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado português altamente dedicado e eficaz. (p. 47).

Por outro lado, ao passo que deixa claro o quão útil foi o bandeirante para o Estado português, a historiadora demonstra toda violência praticada contra os índios no processo de ocupação e posse do território. Sobre isto, Medeiros in Mosconi (2003) destaca que:

A ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram a ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas

¹¹⁹ Para Sousa (2001) é possível que João da Silva Guimarães tenha percorrido o local onde hoje encontra-se situado o município de Vitória da Conquista ainda em meados dos setecentos. Destaca ainda que: “A passagem da sua bandeira pelos rios das Contas, Gavião (afluente do rio das Contas) e Riacho do Gado Bravo (afluente do Gavião, situado no atual município de Bom Jesus da Serra) foi marcada por sangrentos confrontos com índios mongoiós, imborés e pataxós, entre outros, que residiam em suas margens (...). (p. 43).



que terminaram por liquidar a população Mongoió e Imboré, em verdadeiro genocídio. (p. 23).

Com uma preocupação mais jornalística do que científica, Oliveira (2005), embora tendo como foco central a história da imprensa e do coronelismo no Sudoeste da Bahia, remonta a história da ocupação do território, destacando que:

Os Mongoiós, também conhecidos como Camacans, e os Pataxós e Ambores ou Imborés¹²⁰, descendentes dos Tupinambás, eram os verdadeiros donos destas terras do sudoeste onde hoje está situado o município de Vitória da Conquista, emancipado em 9 de novembro de 1840, conforme descreve o jornalista e historiador Aníbal Viana, em seu trabalho “Revista Histórica de Conquista”. Os Mongoiós ou Camacans habitavam, anteriormente, o território de Ilhéus. Posteriormente instalaram suas aldeias em Conquista, e uma delas foi construída exatamente onde é hoje a Praça Tancredo Neves, antigamente Jardim das Borboletas. Estes índios, conforme conta a história, foram mortos, massacrados e expulsos pelo Mestre-de-Campo João da Silva Guimarães (1752) e pelo seu genro capitão-mor, João Gonçalves da Costa¹²¹, em 1782. Até pelos idos de 1933 muitos destes índios continuaram habitando as matas da região de Conquista, que tempos depois, lá pela década de 1970, foram irracionalmente desmatadas para dar lugar à cultura do café, que prosperou por 15 anos e depois entrou em decadência. (p. 21).

É preciso ressaltar que, neste processo de ocupação do território e dizimação dos povos indígenas que aqui habitavam, os portugueses utilizavam como estratégia e

¹²⁰ De acordo com a historiadora Maria Aparecida Silva de Sousa (2001) as nações indígenas que habitavam a Capitania da Bahia dividiam-se em três grupos lingüísticos: “tupi – ao qual pertenciam os tupinambás, tupiniquim, tupinaê e amoipirá; cariri – formado pelos indígenas do nordeste até o rio São Francisco; e os gês – integrado pelos camacãs, pataxós e os imborés (botocudos)” (p. 74/75).

¹²¹ Conforme estudos realizados pela historiadora Isnara Pereira Ivo (2004) “durante muito tempo, acreditou-se, por informações de cronistas e historiadores baianos, que João Gonçalves da Costa, era genro de João da Silva Guimarães. Só recentemente conformou-se que esta informação não procede”. (p. 56). Para justificar esta leitura a autora resgata o estudo desenvolvido por Erivaldo Fagundes Teles, a partir do estudo dos inventários de Matias Gonçalves da Costa e sua esposa Clara Gonçalves, o que, por sua vez, foi também destacado por Rui Medeiros.



escravização das tribos, fazendo com que estes fossem utilizados na captura de outras tribos, é o que Sousa (2001) destaca quanto aos índios mongoiós que subjugados eram obrigados a combater os pataxós e botocudos, mas que cuja aliança os mongoiós não se beneficiaram.

Outro aspecto relevante para a nossa leitura atual no que se refere à apropriação do território é o fato de figuras como o bandeirante João Gonçalves da Costa ter adquirido o controle de amplos territórios, que se constituiriam em significativos latifúndios na atualidade, após a tentativa frustrada da busca de ouro, tendo vindo se estabelecer na região, dedicando-se a atividade pecuária¹²².

O controle de consideráveis porções territoriais por parte de João Gonçalves da Costa e seus descendentes, bem como o controle do poder local, das decisões e dos cargos do poder público, por meio da prática do mandonismo e da violência é apontado por Ivo (2004), ao analisar a tragédia do Tamanduá, ocorrida no ano de 1895, envolvendo a disputa de poder entre quatro famílias: os Ferraz de Araújo, os Oliveira Freitas, os Lopes Moitinho e os Fernandes de Oliveira, ambas originárias de um mesmo núcleo familiar, cujo patriarca foi o capitão-mor João Gonçalves da Costa.

Da conquista e reocupação, resultaram a posse e o controle dos órgãos públicos por essas famílias, que eram representadas no legislativo, no executivo local, na justiça, enfim, em todas as instâncias de gerência da administração pública local. Durante todo o século XIX, foram personagens sempre presentes na vida política, social e econômica da vila. Além de administradores locais, os membros dessas famílias foram, também, atores das diversas formas de manifestação do mandonismo, cujo ápice foi a “Tragédia do Tamanduá”. (...) Esse litígio teve início com o assassinato de dois irmãos e,

¹²² Para Sousa (2001) embora não se possa desconsiderar o poder econômico do sertanista João Gonçalves da Costa – tanto pelos seus rebanhos, quanto pelos plantéis de escravos; seu controle territorial e riqueza não se comparava aos dos grandes senhores do século XVII, como os poderosos pecuaristas e latifundiários sesmeiros Antônio Guedes de Brito, antecessor da Casa da Ponte ou Garcia D’Ávila, da Casa da Torre. Oliveira (2005) citando os estudos realizados por Meira, destaca que as terras onde encontra-se hoje a cidade de Jequié foram desbravadas por bandeirantes, por volta de 1718, com destaque aos sertanistas Pantaleão Rodrigues e João Gonçalves da Costa, que depois se fixou em Conquista, porém tornou-se proprietário de terras também nesta região.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

posteriormente, expressou-se na vingança planejada e calculada por Calixto de Almeida Freire – conhecido como o Anjo da Morte – contra os seus arquiinimigos: o subdelegado Afonso Lopes Ferraz Moitinho – o Santo Lenho – e o coronel Domingos Ferraz de Araújo, proprietário da fazenda Tamanduá, palco do seu tombamento e de seus familiares, num total de mais de vinte pessoas brutalmente assassinadas. (IVO, 2004, p. 22).

Apesar de a autora dar ênfase, em seu estudo, as questões de controle do poder local, por parte das famílias envolvidas no conflito, fica-nos claro o importante papel desempenhado pelo controle territorial, o que, de certa forma, é destacado por Oliveira (2005, p. 85), quando relata que:

Logo no início da República, em outubro de 1895, uma tragédia marcou com sangue a história dos coronéis de Vitória da Conquista e ainda hoje é lembrada como a maior carnificina¹²³ que ocorreu numa mesma família. Foi o mais selvagem de todos os acontecimentos quando 22 pessoas de uma mesma família do cel. Domingos Ferraz de Araújo foram barbaramente sangradas e degoladas. Foi uma brutalidade que as famílias mais conservadoras de Conquista evitam falar no assunto (...). A verdade é que o fato aconteceu na fazenda Tamanduá, em Belo Campo (distrito de Campo Formoso). Tudo começou numa briga por limites de terás e invasão de animais em áreas vizinhas.

Obviamente que não se tem com este trabalho aprofundar, nem mesmo, contrapor as análises sobre este fato histórico. Para nós interessa o fato de perceber um efetivo controle territorial por parte das famílias mais abastardas, e tão logo, o violentíssimo processo que consolidou este controle, a partir da expropriação dos povos que, historicamente, habitavam o território, e cujo princípio da terra era outro – de uso em comunidade, para a satisfação das necessidades de todos os membros, e não do controle da terra enquanto forma de controle político, social e econômico – que passa a

¹²³ Não se pode desconsiderar os massacres indígenas praticados nesse território, com a dizimação de comunidades inteiras, contudo é importante ressaltar as diferenças nas formas de vida dos índios – já que estes não viviam em famílias, mas em tribos, o que nos faz pensar que, por mais sangrenta, violenta e arbitrária que tenha sido a tragédia do Tamanduá, seria exagero considerá-la a maior já ocorrida nestes territórios, pois isto significaria desconsiderar a trajetória histórica dos povos indígenas que aqui habitaram.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

caracterizar as relações após a “ocupação” e domínio por parte dos bandeirantes e coronéis. O fato é que a terra, de propriedade da Coroa Portuguesa, era concedida a esses homens de confiança do rei de Portugal, cuja exigência inicial seria ter condições suficientes para torná-las produtivas.

A mudança no regime de controle das terras só vai ocorrer a partir da segunda metade do século 19, mais precisamente após a regulamentação da Lei de Terras, no ano de 1850, quando é definido que, a partir de então, o controle da terra só poderá ser feita por meio da compra, tornando-se propriedade privada de quem a adquirir. Para Martins (1998) o contexto em que se dá a implementação desta lei é marcado por intensos movimentos abolicionistas no país, bem como por pressões do próprio berço do capitalismo de então – a Inglaterra, assim sendo, seria preciso que se criassem medidas de controle das terras, a fim de que as mesmas não pudessem ser disponibilizadas aos escravos libertos, como também aos imigrantes europeus que começaram a vir para o país a partir de então. É por isto que o autor afirma que num sistema de terra livre o homem era cativo, no sistema de homens livres a terra passa a ser cativa, o que significa a alternativa do capitalismo para o controle sobre o trabalho e a apropriação do produto do trabalho.

Por conta destas questões é que podemos afirmar que o levantamento do controle da propriedade da terra na região Sudoeste da Bahia, como em outros locais do país, é um desafio, sobretudo se considerarmos que antes de 1850, os registros eram feitos pelas paróquias, o que segundo Martins (1998) deu margem a uma “verdadeira indústria de falsificação de títulos”. Por outro lado, Rui Medeiros¹²⁴ destaca a diferença existente entre as diversas paróquias, quando algumas tinham critérios mais rigorosos – na emissão de titulação de propriedade – outras não. Além disso, destaca como dificuldade nos estudos sobre posse e propriedade privada da terra as próprias brechas existentes na Constituição – que em determinados aspectos “dúbios” permitiu um

¹²⁴ Advogado e Historiador, em entrevista concedida em novembro de 2006.



controle não muito eficiente da terra, bem como o fosso existente na história do controle privado da terra antes da lei de terras. No entanto, pode-se considerar que o processo de “conquista”, ou melhor, de “apropriação” se fez na base da expropriação daqueles que já habitavam o território, para posterior apropriação por parte, inicialmente, daqueles que representavam os interesses do Estado Português, seus descendentes e, posteriormente, - com a Lei das Terras – através da compra, representando um novo processo de apropriação/expropriação do território.

Ainda segundo Medeiros (2006) diversos registros de terra se perderam em função de muitos inventários não terem sido realizados, o que retomou, com força total, a partir da segunda metade do século 20, quando as terras da região sofrem um processo de valorização com a chegada do cultivo do café, implementado pelo Estado, período em que grande parte das terras da região foram tituladas.

Medeiros in Mosconi (2003) acrescenta ainda que durante todo o século XIX a região do Planalto da Conquista tinha uma produção destinada à criação de gado (bovino, ovino e caprino), além do cultivo do algodão e de gêneros de subsistência como milho, mandioca, feijão, batatas e nas várzeas – o cultivo do arroz.

Seus pastos asseguravam a alimentação de boiadas vindas do Sertão do São Francisco para o litoral. A economia se centrava em grandes propriedades pecuárias e policulturas, com a presença de escravos e alguns trabalhadores nas franjas dos latifúndios, que produziam gêneros de subsistência e garantiam mão-de-obra suplementar aos grandes proprietários.

Foi apenas na primeira metade do século 20 que Conquista foi cortada por duas significativas rodovias: a Rodovia Ilhéus-Lapa (que ligava o litoral e o sertão) e a Rodovia Rio - Bahia, que interligou a região as demais regiões do Nordeste, a capital Salvador e ao Centro-Sul do país. Neste mesmo momento, passou a se chamar Vitória da Conquista. Com o asfaltamento da Rio-Bahia (BR-116) a cidade de Vitória da Conquista



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

passa a representar o papel de importante centro rodoviário, fato que é destacado pelos próprios órgãos do Estado.

Vitória da Conquista mantém um lugar de destaque nesse conjunto de municípios, com uma participação de 2% no total da renda estadual, funcionando como pólo comercial e de serviços, atendendo as demandas de várias cidades situadas no seu entorno no sudoeste do estado, estendendo sua área de influência até o norte de Minas Gerais, as regiões de Serra Geral, oeste e parte da cacauzeira. (...) agrega a essa sua finalidade uma outra com bastante expressividade, que é servir como ponto de passagem das mercadorias produzidas nos estados do Centro-Sul a serem comercializadas no Norte e vice-versa, através de seu principal eixo rodoviário a BR 116. (...) Outras atividades econômicas importantes se desenvolveram no município, a exemplo da agropecuária, com a criação de gado bovino e a introdução da cafeicultura na década de 70. A implantação do centro industrial no final dos anos 70, tendo na produção têxtil e de calçados sua principal especialização, além de desenvolver a metalurgia e os produtos alimentares. (SEP, 1997, p. 39).

A despeito das abordagens neopositivistas do Estado, neste caso específico com base no modelo ultrapassado de hierarquia urbana desenvolvido por Walter Christaller (1933), em sua Teoria das Localidades Centrais, cujo mote principal é a definição das potencialidades econômicas, para as demandas do capital, e não as condições de vida apresentadas à maior parte da população da região, tem-se como resultado mais concreto o agravamento das condições de trabalho, a concentração da renda e das terras, a mobilidade do trabalho em direção as periferias das cidades e a degradação das condições de habitação; além da marginalização a que ficam condicionados parte significativa dos filhos de camponeses expulsos do campo.

Tais políticas vêm na esteira do discurso do “desenvolvimento” implementado no país, sobretudo, a partir de Getúlio Vargas, de caráter mais nacionalista, e se consolida no Governo de Juscelino Kubitschek, onde o mote passa a ser a indústria e o discurso é o

da abertura de mercado ao capital estrangeiro. Por outro lado, segundo Francisco de Oliveira (2001, p. 32-33) este processo de “desenvolvimento” reproduz, contraditoriamente, o subdesenvolvimento. (...) O processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” (...). O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão capitalista.

No entanto, é preciso considerar que o processo de “desenvolvimento” em curso não se dá de forma homogênea e unânime por todo país, mas a partir da seleção de algumas áreas. Assim, o Sudoeste da Bahia passa a ser alvo de investimentos do Estado, na perspectiva de integrá-lo a “dinâmica” região produtora do café do Planalto Brasileiro, com ênfase aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Posteriormente, o café – ao penetrar em São Paulo, passa a incorporar outras áreas, no Vale do Rio Paraíba, chegando ao Estado do Paraná. A expansão de tais fronteiras agrícolas advém das demandas do modelo produtivo, com bases na garantia da reprodução do capital.

Os investimentos do Estado no Sudoeste da Bahia (após a década de 1970) voltam-se, sobretudo, a criação da infra-estrutura necessária à expansão cafeeira, com ênfase nas vias de circulação e comunicação, bastante incrementadas a partir de então. Neste momento, muitas terras passam a ser tituladas na região, inventários que há décadas não haviam sido realizados são retomados. As terras são bastante valorizadas e fonte de exploração e especulação.

Grandes empréstimos foram subsidiados para os plantadores de café montarem as infra-estruturas necessárias. Em conseqüência, a agressão a economia camponesa familiar foi intensa. As terras se valorizaram, pequenos proprietários foram induzidos a



vender suas glebas, algumas propriedades subdivididas, outras foram concentradas. Famílias de posseiros e de “agregados” foram desalojados de suas terras de trabalho. (MEDEIROS, In: MOSCONI, 2003, p. 32).

É nesse quadro que emergem uma série de conflitos pelo território, pelo território da vida e do trabalho versus o território dos grandes projetos monocultores para a garantia da reprodução do capital. Os trabalhadores, aqueles que foram expulsos do seu território e buscaram, sobremodo nas periferias das cidades, seus novos espaços de reprodução social passam a contar com novas formas de organização – a exemplo do Sindicato (que até então representariam os anseios da classe trabalhadora), do apoio da Igreja – através o Movimento Educação de Base, das Comunidades Eclesiais de Base e posteriormente da Comissão Pastoral da Terra, de Partidos Políticos de Esquerda (ou que ao menos representavam ainda, neste momento, os interesses dos trabalhadores) e outros militantes, profissionais liberais, universitários, e outros, comprometidos com uma transformação social no país. Assim, a luta de classe toma nova dimensão no território e vai expressar as contradições dos interesses das classes no que se refere à terra, ao trabalho e a vida.

No que se refere à questão agrária propriamente dita, tem-se no Brasil a consolidação de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, o que confere ao país o segundo maior título em concentração fundiária do mundo, com o índice de Gini de 0,856, perdendo apenas para o Paraguai, que é de 0,880125. Esta mesma realidade pode ser estendida para o Estado da Bahia, que no ano de 1985 tinha o índice de gini de 0,841 e para o Planalto da Conquista que no mesmo ano, embora com uma média um pouco menor que a nacional e a estadual, de 0,733, pode ser considerada como uma

¹²⁵ De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, In: STÉDILE, João Pedro. Latifúndio o pecado agrário brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003. Neste estudo o autor acrescenta ainda que no caso do Paraguai, a grande maioria dos latifundiários são brasileiros. Quanto ao índice de Gini, trata-se de uma fórmula para medir desigualdade de distribuição, que vai da escala de 0 a 1, o que é muito utilizado para a definição da estrutura fundiária. Assim, quanto mais próximo de 0 isto significa uma melhor distribuição e quanto mais perto de 1, isto significa uma maior concentração. No caso do Brasil, tem-se uma média que pode ser caracterizada como de forte concentração de terras, nas mãos de poucos proprietários.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

estrutura fundiária bastante concentrada. É nesse quadro que emergem os conflitos, as diversas formas de luta pela terra e dos trabalhadores pelo direito ao trabalho, a educação, enfim, pelas condições de sobrevivência mínimas. Tais conflitos se espalham pelo país, e não se constitui numa realidade de uma ou outra região. Espelham a maneira com que o capital, aliado aos interesses dos proprietários fundiários (que não raras vezes pode ser o próprio capitalista) cria e recria as formas de se reproduzir no campo brasileiro, assim como em outros países do mundo; expropriando os camponeses ou sujeitando sua renda ao capital. Mas estes reagem e vêm nas diversas formas de permanências, ou mesmo de resistência – via ocupação de terras, garantirem a sua reprodução social. Os resultados dos conflitos no campo no Brasil podem ser verificados a partir dos Censos realizados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra¹²⁶, há mais de 20 anos, demonstrando que ao lado da violência no campo, praticada por policiais (braço armado do Estado) ou por pistoleiros (que defendem os interesses dos latifundiários rentistas), o aumento do número de assassinatos de trabalhadores, e da pobreza no campo o que faz reacender novas formas de organização dos trabalhadores e camponeses que buscam – sobretudo via movimentos sociais se recampesinizar. Assim, aumentam também o número de acampamentos e assentamentos em todo país, dando novos indícios para se pensar no reacender da luta de classes em curso hoje no campo brasileiro.

¹²⁶ De acordo com os dados disponibilizados pela CPT os conflitos por terra passaram de 255, no ano de 1996, para 277 em 1999, chegando a 495 em 2002 e atingindo 777 no ano de 2005. Da mesma forma o número de ocupações registradas passaram de 398 em 1996, para 593 em 1999, caindo para 184 em 2002 (devido as expectativas do primeiro mandato do governo Lula que afirmava que iria realizar a reforma agrária) e novamente saltando para 437 no ano de 2005. O número de assassinatos no campo foi de 46 no ano de 1996 (19 só no conflito de Eldorado dos Carajás – que se tornou mundialmente conhecido, vergonhosamente), passando para 27 em 1999, atingindo o número de 43 em 2002, tendo um pico no ano de 2003 quando foram registrados o número de 71 trabalhadores assassinados, e tendo no ano de 2005 o número de 38 assassinatos no campo. Contudo, de acordo com Ariovaldo U. de Oliveira (2006) a grande maioria dos assassinos continuam impune, o que demonstra, claramente, a opção do Estado Brasileiro em favor do latifúndio, não dos trabalhadores.



Algumas expressões da luta pela terra no Sudoeste da Bahia

Com a “chegada do café” e a titulação de terras, muitas áreas que antes eram utilizadas, por décadas, por comunidades camponesas passam a ser disputadas por posseiros e os ditos “proprietários” que utilizam documentos, muitas vezes, duvidosos na comprovação das referidas terras. Um desses exemplos mais significativos ocorre nas terras denominadas matas de Pau-Brasil, localizada entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, onde posseiros habitavam a terra há décadas e cuja propriedade passa a ser reclamada por um suposto “proprietário”¹²⁷. De acordo com documentos arquivados na Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas terras de Matas de Pau Brasil, comunidades camponesas faziam o uso da terra desde, pelo menos, a década de 1920, e cujo pretense “dono da terra” passa a reclamar o “direito de propriedade” no final da década de 1970, acirrando um forte conflito de classe na região; os camponeses resistem e buscam se organizar para permanecer na terra. Após alguns conflitos os camponeses conseguem o reconhecimento de uma parte da propriedade reclamada.

Outro conflito ocorrido na região ocorreu na área denominada fazenda São Domingos. De acordo com dados disponibilizados pela CPT a fazenda foi doada pelo antigo proprietário a três escravos libertos, cujos descendentes permaneciam na terra e dela tiravam sua sobrevivência, até que um pretense “proprietário” passa a reclamar sua posse. Ainda conforme os arquivos consultados, nem os posseiros (cujo registro da propriedade teria sido deixado via testamento) nem o pretense proprietário teriam documentos comprobatórios da terra. Parte das famílias dos posseiros permanecem na terra até hoje.

¹²⁷ Em visitas e entrevistas realizadas a posseiros residentes há décadas na Fazenda Pau-Brasil o fazendeiro Rogério Gusmão chamou eles para irem para a área, contudo os mais antigos de Pau-Brasil deixam claro de que a terra não era dele, mas sim do Governo, ou seja, terra pública. Porém, quando ele faleceu, um sobrinho de sua esposa - que eles chamam de Sinhá, chamado Germano Nolasco apareceu querendo expulsá-los de lá. A disputa durou cerca de 12 anos e após muitas brigas e ameaças os posseiros conseguiram o reconhecimento de parte da propriedade.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Com o crescimento do cultivo do café e a crescente titulação das propriedades “privadas”, muitos camponeses que faziam uso da terra foram expulsos, outros acabaram vendendo suas terras via pressão dos latifundiários. O resultado mais evidente deste processo é o crescimento urbano nos municípios da região, com destaque ao município de Vitória da Conquista, que na década de 1940 era tipicamente rural e cuja população urbana, no ano de 2000, era de mais 85% do total do município. Santos (1987) ao analisar a expansão do cultivo do café na região aponta para o processo de proletarianização da população camponesa, que se justificaria via predomínio do trabalho assalariado nas lavouras de café; destacando ainda a crescente exploração do trabalho dito “temporário” neste cultivo. Por outro lado, embora de fato possamos visualizar um crescente processo de assalariamento na região em estudo, é possível, ainda, verificar-se outras formas de organização social e de relações de trabalho – que não apenas o trabalho assalariado; ou seja, a reprodução de relações não-capitalistas de produção, onde o campesinato pode ser melhor compreendido.

Santos (1987) ao analisar a crescente proletarianização dos camponeses, decorrente da expansão do café, destaca ainda que o resultado deste processo, aliado à degradação das condições de trabalho no campo, leva os trabalhadores do café (em Vitória da Conquista e Barra do Choça) a realizarem, no início da década de 1980, a histórica greve do café, onde entre as reivindicações dos trabalhadores destacam-se: melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e igualdade de salários entre homens e mulheres. Apesar de nem todas as reivindicações dos trabalhadores serem atendidas, estes e os Sindicatos avaliam a greve como positiva, na medida em que conseguiram uma mobilização nunca vista antes na região, onde as Assembléias reuniam milhares de trabalhadores.

Nas cidades da região, com destaque para Vitória da Conquista, dezenas de loteamentos são criados, muitos dos quais sem a menor infra-estrutura, a fim de receber esta população expulsa do campo. Como esta população, automaticamente, não



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

consegue se inserir no mundo do trabalho passa a habitar assentamentos clandestinos e a viver de subempregos, crescendo o exército de trabalhadores desempregados. A marginalidade torna-se crescente e são visíveis os casos de criminalidade, na cidade, envolvendo filhos de camponeses que foram expulsos do campo.

Esse quadro passa a alimentar novos anseios de luta pela terra na região, por parte dos trabalhadores rurais e camponeses. Por outro lado, latifundiários de outras regiões do país e mesmo grupos empresariais capitalistas passam a se territorializar no Sudoeste da Bahia, muitas vezes se beneficiando dos incentivos do Estado, como é o caso do grupo de banqueiros Armênios que, visando recursos da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), se instalam na região através da aquisição da Fazenda Santa Marta. Como este grupo empresarial-capitalista, após beneficiar-se de amplos recursos públicos, fica em dívida com o Estado – ocorre a ocupação da área para fins de reforma agrária. Este fato ocorre no ano de 1987, no segundo ano de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária. As análises a respeito da ocupação da fazenda Santa Marta, posteriormente transformada no Projeto de Assentamento Amaralina, não são unânimes, mas ambas as fontes consultadas apontam para o fato de que tal ocupação acontecer por camponeses que viviam nas periferias da cidade e organizados principalmente pela Igreja, via Comissão Pastoral da Terra, ocuparam a área.

A partir de entrevistas realizadas com assentados e pessoas ligadas a movimentos sociais que, posteriormente, passaram a atuar na área, havia também ali, antes do processo de ocupação, por parte dos trabalhadores, o intuito de um projeto de desapropriação de cunho político-eleitoreiro, envolvendo uma articulação dos poderes federal, estadual e municipal; mas os trabalhadores, contando com o apoio da Igreja – CPT, militantes, partidos de esquerda e profissionais liberais se organizaram e realizaram a ocupação. Como o decreto de desapropriação já estava em curso, os trabalhadores conseguiram permanecer na área, enquanto assentados rurais em projeto de reforma agrária.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Na década de 1990 os conflitos de classes no campo adquirem novas dimensões, o capital se expande no campo, os proprietários fundiários passam a adquirir maior quantidade de terras, quer para a produção do café, quer para especulação, quando novas áreas são ocupadas por trabalhadores rurais e camponeses. Parte dessas terras, a exemplo da antiga sede do Instituto Brasileiro de Café (IBC) e uma parte da área da Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (SUDIC) destinada à construção do Centro Industrial de Imborés, localizada na periferia da cidade de Vitória da Conquista 128, tratam-se de terras públicas, inproveitadas adequadamente, alegavam os trabalhadores. A primeira área foi ocupada pelos trabalhadores rurais e camponeses no ano de 1990, que argumentavam que a área considerada de caráter experimental, do antigo IBC, nunca havia sido efetivamente ocupada, sendo que em apenas 10% da área tinha sido desenvolvido alguma atividade, além disso, acrescentam que o IBC já estava extinto e, por isso, reivindicavam a área para fins de reforma agrária.

A área da SUDIC foi ocupada no ano de 1991, durante a Semana Santa – por isso ficou também conhecido como Assentamento Paixão. Neste caso, os trabalhadores alegavam também a não utilização da área para fins produtivos, conforme constitucionalmente definido, já que a área estava destinada ao Centro Industrial de Imborés, em que da área total apenas uma pequena minoria foi ocupada, com poucas indústrias, já que o projeto de “desenvolvimento” industrial não atingiu os objetivos do Estado e cuja área encontrava-se subutilizada. Após muita luta, por parte dos ocupantes, as terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária. No caso da antiga sede do

¹²⁸ Sobre isto destaca-se o fato desta área, assim com toda a região de Lagoa das Flores, onde a maioria das famílias vivem de atividades agrícolas, com destaque a horticultura, e apenas uma minoria desenvolvendo outros tipos de trabalho – como vendendo a força de trabalho nas fábricas localizadas no Distrito Industrial de Imborés (que fica próximo) do ponto de vista administrativo, fazer parte da zona urbana de Vitória da Conquista, sendo considerada um bairro da cidade. A comunidade de Lagoa das Flores, por exemplo, questiona esta definição e deixam claro as dificuldades que terão com o aumento dos impostos, já que até então pagam o Imposto Territorial Rural (ITR), mas daqui para frente terão que pagar o Imposto Territorial Urbano (IPTU), que é mais caro, o que repercutirá em enormes dificuldades para estas famílias, inclusive de permanecerem nestas áreas. A partir da realização de trabalho de campo e conversas com as famílias residentes nesta comunidade, não temos dúvida de afirmar que são camponeses. Ainda aceitando as imbricações indissociáveis nas relações entre campo-cidade, que caracterizam este local cabe-nos, enquanto profissionais em Geografia questionar o que de ser considerado de fato: se a definição administrativa, técnica, portanto, ou se o conteúdo social e histórico daquela comunidade?



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

IBC, tem-se a implantação do Assentamento União – em que 27 famílias foram assentadas. Parte destas famílias veio da ocupação da fazenda Santa Marta, entretanto, como a área era relativamente pequena, poucas famílias foram assentadas e as demais seguiram a busca pela terra, via novas ocupações como as das fazendas Mocambo e Lagoa e Caldeirão. Considerando a área da SUDIC cabe-nos destacar o contexto em que tal ocupação ocorreu. Primeiramente a ocupação advém nas proximidades da eleição, sendo que embora a SUDIC tenha solicitado a reintegração de posse, o despejo das famílias não seria, politicamente, interessante. Após a imissão de posse ocorre na área o assassinato de um dos assentados – passando o Assentamento a chamar-se Etelvino Campos, em homenagem ao trabalhador assassinado.

As demandas por terra por parte dos trabalhadores rurais e camponeses versus os interesses dos capitalistas e proprietários rurais alimentam novos conflitos de terras no Sudoeste da Bahia, o que toma nova proporção com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através da regional Sudoeste, a terceira do Estado da Bahia. Além de organizar novas ocupações de terra na região, o MST passa a atuar também em assentamentos já existentes, a exemplo dos assentamentos União, Etelvino Campos e em parte do Assentamento Amaralina (composta ainda por trabalhadores que seguem a orientação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e alguns compradores de lotes).

A partir de então, tem-se a ocupação da fazenda Mocambo, no ano de 1995, cujos conflitos, por parte dos proprietários e seus pistoleiros, redundam na morte de dois trabalhadores acampados¹²⁹. Ainda no ano de 1995 os trabalhadores ocupam a fazenda

¹²⁹ Morreram no conflito os acampados Manoel Bonfim e Maria Zilda. Em fotos arquivadas na CPT – Vitória da Conquista, por ocasião da mobilização realizada em praça pública (Praça Barão do Rio Branco), verifica-se a viúva de Manoel Bonfim, com seis filhos pequenos e a espera do sétimo filho. A partir de contato com pessoas que atuaram nesta luta um terceiro trabalhador atingido, chamado Ariosvaldo (conhecido como Negão), este ficou com problemas de saúde, mancando de uma perna e faleceu menos de um ano depois do episódio, quando já estava assentado na comunidade de Lagoa Caldeirão. Os responsáveis por estes crimes – que é de conhecimento de muitas pessoas circulam, livremente, pela cidade de Conquista, e nunca pagaram pelos seus atos.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Lagoa e Caldeirão 130, a após enfrentarem jagunços e tiroteios, conquistam o assentamento de 120 famílias. Atualmente, a luta pela terra via MST conta com 22 assentamentos de reforma agrária e 5 acampamentos¹³¹. A partir da atuação do MST, outros Movimentos Sociais de luta pela terra ou de permanência na terra passam a se organizar na região, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que atualmente organizam mais de 1.500 famílias de pequenos agricultores no Sudoeste da Bahia, para que estes não saiam de suas terras, frente aos projetos do capital, que atualmente tomam novo corpo com o discurso do agronegócio – via compra de terras para expansão do cultivo do eucalipto. Em nível nacional este movimento surgiu no Rio Grande do Sul, há 10 anos. No Sudoeste da Bahia, este surge em 2000 e hoje encontra-se presente em mais de 20 comunidades rurais da região, tanto nas regiões de Matas (de Larga e de Cipó), quanto nas áreas de Caatinga.

Dentre as discussões levantadas pelo MPA destaca-se o fato de organizar o campesinato para permanecer em suas terras. Por isso, estão desenvolvendo a estratégia de um Plano Camponês¹³² e junto com outros movimentos sociais da região tentam articular a Via Campesina no Sudoeste da Bahia. Dentre os princípios camponeses defendidos pelo MPA estão: a terra, o trabalho e a família¹³³. Portanto, partem do princípio destacado por Martins (1998) da “terra de trabalho” e não da “terra de negócio”, que caracteriza a agricultura nos moldes capitalistas. No entanto, é preciso destacar que o campesinato se reproduz, mas, contraditoriamente, se subordina as relações capitalistas de produção e só podem ser entendidos a partir desta contradição.

¹³⁰ Parte dos assentados vieram de lutas antigas, ocuparam a Fazenda Santa Emília, a fazenda Mocambo e por fim, foram assentadas no Lagoa Caldeirão.

¹³¹ De acordo com informações da Coordenação Regional do MST – Sudoeste da Bahia.

¹³² Parte do Plano Camponês encontra-se esboçado no Livro de CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. São Paulo: Vozes, 2005.

¹³³ Tais princípios são também destacados em estudos clássicos sobre o campesinato a exemplo de THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Portanto, para entender estas contradições entre a territorialidade do capital x a territorialidade camponesa é preciso que se considere que o capital subordina a produção camponesa, mas não a organiza (MARQUES, 2002).

Um dos exemplos desta contradição do capitalismo no campo que reproduz o campesinato pode ser visualizado nas comunidades de Caçote e Poço da Vaca, localizadas no município de Anagé, no Sudoeste da Bahia, onde os camponeses ainda que estabeleçam relações com o capital não abrem mão da terra, condição fundamental de sua reprodução social e de suas famílias. Por outro lado, são visíveis as estratégias de reprodução deste campesinato – a exemplo da venda temporária da força de trabalho camponesa, em períodos de colheitas de café, nas áreas de matas na região, com destaque aos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça; mas, é preciso considerar que este assalariamento, em determinado período do ano, não se constitui na fonte principal de reprodução social destas comunidades, mas podem ser entendidas como mais uma das estratégias do camponês em não abrir mão de sua condição social – que se reverte, em grande parte, em não vender suas terras, em garantir suas vidas muito mais pelo trabalho na terra, do que pelo período de assalariamento. Assim sendo, terminado esse período de assalariamento nas colheitas do café, os camponeses retornam para suas terras, para fazer suas roças, já que o período de chuvas se aproxima. Com isso, concluímos que o fato destes se assalariarem, em determinados períodos do ano, não significa um processo de proletarianização em curso, mas esta constitui-se numa estratégia do camponês sertanejo – para permanecerem em suas terras.

Tais exemplos espelham a atualidade das lutas de classes no campo, com destaque aos processos ocorridos no Sudoeste da Bahia, na luta dos camponeses para não saírem de suas terras, dos acampados na busca da garantia da condição de assentados, e entre estes – trabalhadores rurais e camponeses – através do trabalho na terra – a possibilidade de reprodução de suas vidas. Muitas vezes enfrentam, embora contraditoriamente, em determinados momentos, se subordine, os projetos do capital, e



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

buscam desenvolver novas formas de produção e de relações sociais fundamentais no entendimento do processo de produção territorial em curso no Sudoeste baiano.

Neste processo, cabe considerar o importante papel desempenhado pelos Movimentos Sociais no desenvolvimento de um projeto político para o campo brasileiro, com destaque para o MST, que tem buscado – através de um projeto educacional construir as bases de um movimento camponês forte, de considerável atuação política, na conscientização da classe camponesa e na formação de militantes que darão continuidade à luta; no desenvolvimento de uma educação para o campo, premiada internacionalmente e reconhecida por considerados educadores do campo da esquerda nacional e mundial.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Horácio Martins de. O Camponato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento no Campo Brasileiro. São Paulo: Vozes, 2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia. CPT Nacional, Brasil, 2005.
- IVO, Isnara Pereira. O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho. Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. O Cativo da Terra. 7ªed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.
- MEDEIROS, Rui. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis. (Org.). Edivanda. Uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1198.
- _____. Violência e Barbárie: A grilagem de terra no Brasil. (artigo em pdf). CPT, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Jeremias Macário de. A Imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

SANTOS, Antonio Luiz. Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. In: Governo da Bahia. Bahia Agrícola. Agricultura Familiar: Questões atuais. V. 2, n. 3, novembro de 1998.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

STÉDILE, João Pedro. Latifúndio: o pecado Agrário Brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Cidades da Bahia. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35).

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.